

## **DOCUMENTO METODOLÓGICO**

**Operação Estatística – Estatísticas do Centro de Estudos Judiciários**

**Código: 474**

**Versão: 1.0**

Abril de 2010

## INTRODUÇÃO

A operação estatística “Estatísticas do Centro de Estudos Judiciários” tem como principais objectivos a recolha, tratamento, análise e difusão da informação sobre Auditores de Justiça formados ou em formação num determinado ano lectivo.

Esta operação estatística iniciou-se em 1983, altura em que o Gabinete de Estudos e Planeamento, actual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) foi constituído órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as estatísticas da Justiça, assumindo a responsabilidade de proceder à recolha, tratamento, análise e difusão de dados respeitantes, neste caso concreto, à informação sobre o auditores de Justiça em formação/formados pelo Centro de Estudos Judiciários.

A operação estatística tem-se mantido sem alteração desde a data em que se iniciou a recolha de dados.

## **I - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

### **1. Código/Versão/Data**

474 / 1.0

### **2. Código SIGINE**

Não aplicável

### **3. Designação**

Estatísticas do Centro de Estudos Judiciários.

### **4. Actividade Estatística**

40 – Justiça

401 – Estatísticas Jurisdicionais

360 – Estatísticas dos Centros de Estudos Judiciários.

### **5. Objectivos**

Esta operação estatística visa recolher informação sobre as actividade de formação do Centro de Estudos Judiciários, nomeadamente sobre:

- O número de Auditores de Justiça em formação/formados num ano lectivo, por carreiras;
- Formação de candidatos estrangeiros à magistratura num ano lectivo.

### **6. Descrição**

A presente operação estatística contempla o número de Auditores de Justiça em formação num ano lectivo, no Centro de Estudos Judiciários.

Caracteriza-se por: ser um recenseamento; ter periodicidade anual; âmbito geográfico nacional; utilizar fontes de informação directa; com recolha através de um questionário em papel e, tendo como unidade estatística de observação, o Centro de Estudos Judiciários.

### **7. Entidade Responsável**

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Telf: 217924000; Fax: 217924080; E-mail: [correio@dgpj.mj.pt](mailto:correio@dgpj.mj.pt)

## **8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades**

A DGPJ é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, tratamento, análise e difusão da informação relativa aos Auditores de Justiça em formação no Centro de Estudos Judiciários. O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

## **9. Financiamento**

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das Notações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

## **10. Enquadramento Legal**

Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro - Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

## **11. Obrigatoriedade de resposta**

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

## **12. Tipo de Operação Estatística**

Recenseamento.

## **13. Tipo de Fonte(s) de Informação**

Directa.

## **14. Periodicidade de realização da operação**

Anual.

## 15. Âmbito Geográfico

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

## 16. Utilizadores da Informação

### Internos (ao SEN):

- Direcção-Geral da Política de Justiça
- Instituto Nacional de Estatística

### Nacionais:

- Administração Pública Central – Ministério da Justiça
- Pessoas singulares

Todos os utilizadores indicados fazem uso da totalidade/parte da informação.

## 17. Data de início/Fim

1983 – Início da recolha de dados a actividade do Centro de Estudos Judiciários, através de inquérito em suporte papel;

## 18. Produtos

**Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação:** A disponibilização da informação anual ocorre 5 meses (150 dias) após o fim do período a que os dados se reportam.

**Designação:** Estatísticas do Centro de Estudos Judiciários.

**Tipo de Produto:** Quadros pré-definidos.

**Periodicidade de disponibilização:** Anual.

**Nível Geográfico (mais desagregado) :** País.

**Tipo de disponibilização:** Não sujeito a tarificação.

**Utilizadores:** Todos os referidos no ponto 16.

## II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

## 19. População

O universo coincide com o universo de referência (Centro de Estudos Judiciários).

## 20. Base de Amostragem

Ficheiro da unidade de observação (Centro de Estudos Judiciários)

## 21. Unidade(s) Amostrais

Centro de Estudos Judiciários.

## 22. Unidade(s) de Observação

Centro de Estudos Judiciários.

## 23. Desenho da Amostra

Não aplicável

## 24. Desenho do Questionário

A informação desta operação estatística é reportada através de questionário em suporte papel. Quando da sua criação foram consultados os intervenientes no processo de recolha. Desenvolveu-se o questionário, e realizaram-se testes, quer pela DGPJ, quer por parte da entidade informadora.

É desconhecido o tempo médio de preenchimento do questionário pela entidade notadora.

## 25. Recolha de Dados

**Período de Referência dos Dados:** Ano  $n$ ;

**Período de Recolha**( Transmissão de dados): Ano  $n+1$ ;

**Data de Expedição:** Até 3 meses antes do momento do preenchimento dos dados que ocorre durante o primeiro trimestre do ano seguinte a que se refere a informação estatística.

**Contacto Inicial:** Não aplicável;

**Método de Recolha:** A partir de 01/01/1983 questionário em papel.

**Insistências/Tratamento de Recusas:** as insistências junto da entidade notadora ocorrem através do envio de ofício;

**Critério utilizado para fecho do inquérito:** Resposta efectiva do respondente;

**Possibilidade ou não de inquiridos Proxy:** Não aplicável;

**Utilização de incentivos:** Não aplicável;

**Disponibilização de apoio aos respondentes:** Manual de preenchimento.

**Formação aos entrevistadores:** Não aplicável

### **Captura dos dados**

**Entrada de Dados:** Digitação em quadros pré-formatados.

**Codificação:** Manual

### **Software Utilizado:**

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

Microsoft Excel e Adobe Acrobat

### **26. Tratamento dos dados**

Os mapas pré-formatados são preenchidos pela entidade notadora e convertidos em documentos no formato “pdf” para divulgação através do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça.

A validação dos dados é feita com base na análise dos valores que são transmitidos comparando com dados de anos anteriores.

### **27. Tratamento de não respostas**

Não se aplica.

### **28. Estimação e obtenção de resultados**

De acordo com o indicado no ponto 26., os resultados finais são obtidos por leitura directa da informação efectiva fornecida pelo respondente.

### **29. Séries Temporais**

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;

### **30. Confidencialidade dos dados**

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei nº22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais variáveis, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta dos intervenientes.

Mesmo tratando-se de apenas um respondente os valores que são transmitidos para as variáveis a divulgar são sujeitos a segredo estatístico.

### **31. Avaliação da Qualidade Estatística**

Precisão – Não aplicável.

Coerência – Este parâmetro é assegurado através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados, com os anos anteriores.

## 32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável;

### III – CONCEITOS

**343 – Auditor de Justiça.** Estatuto dos candidatos a magistrados judiciais ou do Ministério Público admitidos a frequentar os cursos do Centro de Estudos Judiciários, desde o momento do ingresso até ao início do estágio de pré-afecção, momento a partir do qual assumem o nome de juizes de direito ou delegados do procurador da República, em regime estágio.;

**3756 – Magistratura do Ministério Público (Organização Judiciária)** Organização hierárquica de magistrados encarregados, em especial, de representar junto dos tribunais o Estado, os incapazes, os ausentes e os incertos, de defender a legalidade democrática, de promover a acção penal, oficiosamente ou mediante denuncia, de intervir em todas as acções defendendo os interesses que a lei exigir. É constituída pelo Procurador-Geral da República, Vice-Procurador Geral da República, Procuradores-Gerais-Adjuntos, Procuradores da República e Procuradores-Adjuntos;

**3757 – Magistratura Judicial (Organização Judiciária)** A magistratura judicial constituída por Juizes do Supremo Tribunal de Justiça, Juizes das Relações e Juizes de Direito, tendo como função administrar a justiça de acordo com a Constituição e a lei e fazer executar as suas decisões;

### IV – CLASSIFICAÇÕES

- Tabela de entidades notadoras do SIEJ.

### V – VARIÁVEIS

## 33. Variáveis de Observação

- Número de Auditores de Justiça em formação, segundo as carreiras e o sexo, por ano lectivo;
- Número de candidatos estrangeiros à magistratura nos cursos de formação, por ano lectivo;
- Número de Auditores de Justiça, segundo as carreiras e o sexo, por ano lectivo;



#### **34. Variáveis Derivadas**

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;

#### **35. Informação a disponibilizar**

Com esta operação estatística visa-se disponibilizar informação sobre:

- Auditores de Justiça em formação/formados no Centro de Estudos Judiciários, de acordo como os parâmetros definidos no ponto 33.

### **VI – SUPORTES DE RECOLHA**

#### **36. Questionários**

- Instrumento de Notação nº 9533

#### **37. Ficheiros**

Não aplicável.

### **VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS**

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

### **VIII – BIBLIOGRAFIA**

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística



- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>